



Simulado Final

STM

Técnico Judiciário - Área Administrativa

Pós-Edital

Simulado

Simulado Final STM (Técnico Judiciário - Área Administrativa)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Técnico Judiciário - Área Administrativa do STM**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/PenQrowNcwahXFCq7>

01 - C E	16 - C E	31 - C E	46 - C E	61 - C E	76 - C E	91 - C E	106 - C E
02 - C E	17 - C E	32 - C E	47 - C E	62 - C E	77 - C E	92 - C E	107 - C E
03 - C E	18 - C E	33 - C E	48 - C E	63 - C E	78 - C E	93 - C E	108 - C E
04 - C E	19 - C E	34 - C E	49 - C E	64 - C E	79 - C E	94 - C E	109 - C E
05 - C E	20 - C E	35 - C E	50 - C E	65 - C E	80 - C E	95 - C E	110 - C E
06 - C E	21 - C E	36 - C E	51 - C E	66 - C E	81 - C E	96 - C E	111 - C E
07 - C E	22 - C E	37 - C E	52 - C E	67 - C E	82 - C E	97 - C E	112 - C E
08 - C E	23 - C E	38 - C E	53 - C E	68 - C E	83 - C E	98 - C E	113 - C E
09 - C E	24 - C E	39 - C E	54 - C E	69 - C E	84 - C E	99 - C E	114 - C E
10 - C E	25 - C E	40 - C E	55 - C E	70 - C E	85 - C E	100 - C E	115 - C E
11 - C E	26 - C E	41 - C E	56 - C E	71 - C E	86 - C E	101 - C E	116 - C E
12 - C E	27 - C E	42 - C E	57 - C E	72 - C E	87 - C E	102 - C E	117 - C E
13 - C E	28 - C E	43 - C E	58 - C E	73 - C E	88 - C E	103 - C E	118 - C E
14 - C E	29 - C E	44 - C E	59 - C E	74 - C E	89 - C E	104 - C E	119 - C E
15 - C E	30 - C E	45 - C E	60 - C E	75 - C E	90 - C E	105 - C E	120 - C E

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/DyuD>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA****TEXTO:****Blefes**

Ninguém conhece a alma humana melhor do que um jogador de pôquer. A sua e a do próximo. Numa mesa de pôquer o homem chega ao pior e ao melhor de si mesmo, e vai da euforia ao ódio numa rodada. Mas sempre como se nada estivesse acontecendo. Os americanos falam do *poker face*, a cara de quem consegue apostar tendo uma boa carta ou nada na mão com a mesma impassividade, embora a lava esteja turbilhonando lá dentro. Porque sabe que está rodeado de fingidos, o jogador de pôquer deve tentar distinguir quem tem jogo de quem não tem e está blefando por um tremor na pálpebra, por um tique na orelha. Ou ultrapassando a fachada e mergulhando na alma do outro.

Não se trata de adivinhar seu caráter. Não é uma questão de caráter. O blefe é um lance tão legítimo quanto qualquer outro no pôquer. Os puros são até melhores blefadores, pois só quem não tem culpa pode sustentar um *poker face* perfeito sob o escrutínio hostil da mesa. Há quem diga que ganhar com um blefe supera ganhar com boas cartas e que é no blefe que o pôquer deixa de ser um jogo de azar, e portanto de acaso, e se torna um jogo de talento. Já fora do pôquer o blefe perde sua respeitabilidade. É apenas sinônimo de engodo. Geralmente aplicado a pessoas que não eram o que pareciam ou fingiam ser.

(Adaptado de: VERÍSSIMO, Luis Fernando. Às mentiras que os homens contam. São Paulo: Cia das Letras, 2015)

Com base nas informações do texto, julgue os itens a seguir.

1. No texto, afirma-se que, no pôquer, o comportamento emocional dos jogadores não é necessariamente revelado, pois as emoções podem ser escondidas sob uma aparência impassível.

2. Segundo o texto, o blefe, dentro e fora do pôquer, é uma prática considerada igualmente válida e aceitável, pois se baseia na habilidade de dissimular.
3. De acordo com o texto, é possível ao jogador experiente identificar o blefe do adversário por meio de pequenos sinais físicos ou por uma leitura profunda de sua alma.
4. Conforme o texto, o blefe no pôquer é uma prática desonesta e malvista, aceita apenas por jogadores de caráter duvidoso.
5. Na oração “Ninguém conhece a alma humana melhor do que um jogador de pôquer”, o termo “do que um jogador de pôquer” exerce a função de complemento do vocábulo “melhor”.
6. A oração destacada em “Porque sabe que está rodeado de fingidos”, o jogador de pôquer deve tentar distinguir quem tem jogo de quem não tem e está blefando...”, expressa um valor de causa em relação à oração subsequente.
7. No trecho “...embora a lava esteja turbilhonando lá dentro”, a oração iniciada por “embora” expressa uma ideia de concessão e exerce função adverbial.
8. No trecho “...o jogador de pôquer deve tentar distinguir quem tem jogo de quem não tem e está blefando...”, o verbo “distinguir” exige apenas um complemento.
9. No trecho “o jogador de pôquer deve tentar distinguir quem tem jogo de quem não tem e está blefando por um tremor na pálpebra, por um tique na orelha...”, o uso da preposição “por” indica causa.
10. A expressão “*poker face*”, usada no texto, designa de forma literal a face de quem joga pôquer.

Com base em seus conhecimentos linguísticos, julgue os itens a seguir.

11. O uso do acento indicativo de crase em “A felicidade está ligada à maneira como cada um interpreta suas experiências.” é obrigatório, pois “à maneira” é uma locução feminina.

12. Em “Embora os vínculos sociais não garantam felicidade permanente, há evidências de que contribuem para uma vida mais satisfatória”, o vocábulo **embora** expressa uma ideia de concessão, ou seja, contrapõe-se ao conteúdo da oração principal, sem anulá-lo.

13. Considere o seguinte trecho:

“A pesquisa indicou que, quando os vínculos afetivos são fortes, as pessoas tendem a apresentar maior satisfação com a vida.”

A vírgula empregada logo após o termo “que” poderia ser suprimida sem prejuízo da correção gramatical do período.

14. Em “Há inúmeros motivos que explicam o aumento da ansiedade na população jovem”, a forma verbal “há” pode ser substituída por “existem”, sem prejuízo da correção gramatical ou da coerência textual.

15. Em “Era necessário que se estabelecesse um acordo entre as partes envolvidas”, a colocação da partícula “se” antes do verbo “estabelecesse” justifica-se pela presença do vocábulo “que”, que exige o uso da ênclise.

LEI N° 8.457/1992 E SUAS ALTERAÇÕES

Tiago Zanolla

16. Durante o julgamento de membro das Forças Armadas acusado de crime militar, o Conselho Permanente de Justiça foi instalado com apenas três membros presentes, sendo um oficial superior e dois tenentes. Nenhum juiz federal da Justiça Militar estava presente, sob a alegação de viagem institucional previamente agendada. À luz da Lei de Organização da Justiça Militar, a instalação do Conselho, nessa hipótese é válida apenas se houver designação de juiz leigo para suprir a ausência do juiz federal da Justiça Militar.

REGIMENTO INTERNO

Tiago Zanolla

17. O relator de um Habeas Corpus impetrado em favor de militar preso preventivamente apresentou relatório oral durante sessão do Conselho, dispensando a publicação em pauta no Diário da Justiça Eletrônico. Um dos membros da defesa protestou, sustentando cerceamento de defesa por ausência de publicação prévia. À luz do regime processual da Justiça Militar, tal protesto é procedente, salvo se o Habeas Corpus tiver caráter liminar.

18. Durante a tramitação de um novo feito no Superior Tribunal Militar, um dos Ministros identificou incompatibilidade entre a jurisprudência consolidada em Súmula anterior e as novas diretrizes interpretativas firmadas pelo Supremo Tribunal Federal. Diante disso, propôs a revisão da súmula vigente. De acordo com o Regimento Interno, é correto afirmar que qualquer Ministro pode propor a revisão da jurisprudência sumulada, com possibilidade de sobrerestamento do feito, se conveniente.

19. Carlos, oficial das Forças Armadas, foi declarado indigno para o oficialato por decisão proferida em Representação para Declaração de Indignidade (RDI), com base em sentença penal condenatória transitada em julgado na Justiça Militar da União. Anos depois, essa sentença foi revista e substituída por absolvição definitiva. À luz do Regimento Interno, é correto afirmar que Carlos poderá ingressar com Revisão Judicial – RDII, tendo como fundamento a superveniente absolvição na esfera penal.

**LEI N° 8.112/1990 (REGIME JURÍDICO ÚNICO).
LEI N° 9.784/1999 (PROCESSO
ADMINISTRATIVO). LEI N° 11.416/2006
(CARREIRAS DO PODER JUDICIÁRIO)**

Rodrigo Bet

20. A posse em cargo público poderá ser realizada por meio de procuração genérica, desde que contenha poderes amplos para representação do outorgante.

21. O exercício consiste no efetivo desempenho das atribuições do cargo público e deve ter início no prazo de até quinze dias, contados da data da posse.

22. É obrigatória a assistência de advogado em qualquer processo administrativo, nos termos da Lei nº 9.784/1999, garantindo-se ao administrado o pleno exercício da ampla defesa.

RESOLUÇÃO DO CNJ N° 351/2020

Tiago Zanolla

23. No contexto da Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, instituída pela Resolução CNJ nº 351/2020, o Tribunal implantou uma nova política de escuta ativa e deliberação conjunta entre servidores, magistrados e usuários externos, promovendo ações integradas de diagnóstico institucional. Tal iniciativa está diretamente associada ao princípio da cooperação horizontal, que exige sempre a presença de autoridades máximas do Judiciário na deliberação.

RESOLUÇÃO DO CNJ N° 400/2021

André Rocha

Sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário disposta pela Resolução CNJ nº 400/2021, julgue a assertiva a seguir.

24. Na composição dos indicadores de desempenho do Plano de Logística Sustentável (PLS), cada órgão deve selecionar, no mínimo, todos os indicadores presentes no Anexo da referida norma.

RESOLUÇÃO DO CNJ N° 401/2021

Ricardo Torques

24. Considerando a Resolução nº 401, de 16 de junho de 2021, que dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário, julgue o item que se segue.

É obrigatório efetivar a acessibilidade nos portais e sítios eletrônicos dos órgãos do Poder Judiciário às pessoas com deficiência, garantindo-lhes o pleno acesso às informações disponíveis, conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO*Fabiano Pereira*

- 25.** Em relação à Lei de Improbidade Administrativa n.º 8.429/1992, julgue o item subsequente.

Para que haja a caracterização de improbidade administrativa, a violação ao princípio da legalidade não pode ser genérica, devendo estar relacionada a condutas previstas em dispositivos específicos da lei.

- 26.** Em relação à Lei de Improbidade Administrativa n.º 8.429/1992, julgue o item subsequente.

A celebração de parcerias entre entes da administração pública sem a observância das formalidades legais configura ato de improbidade administrativa que resulta em enriquecimento ilícito.

- 27.** A respeito da ética na função pública, julgue o item seguinte.

Toda ausência do servidor de seu local de trabalho, quando injustificada, constitui elemento de moralização do serviço público.

DIREITO CONSTITUCIONAL*Nelma Fontana*

A respeito da eficácia das normas constitucionais, analise os itens abaixo.

- 29.** A norma constitucional que prescreve que leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público é classificada como norma de eficácia limitada de princípio institutivo.

A respeito da organização e da competência do Poder Judiciário, julgue os itens abaixo.

- 30.** No recurso especial em ações de improbidade administrativa, o recorrente deve demonstrar a relevância das questões de direito federal infraconstitucional discutidas no caso, a fim de que a admissão do recurso seja examinada pelo Superior Tribunal de Justiça , que poderá dele não conhecer pela manifestação de 2/3 dois terços de seus membros.

A respeito da organização político-administrativa do Estado, julgue os itens abaixo.

- 31.** A União, mediante lei complementar, poderá delegar aos estados e aos municípios a competência para legislar sobre parte específicas de suas competências privativas.

A respeito da organização político-administrativa do Estado, julgue os itens abaixo.

- 32.** Compete aos estados, mediante lei complementar, instituir, após plebiscito com a população diretamente interessada, regiões metropolitanas, aglorações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

A respeito do Poder Legislativo, do Processo Legislativo e da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária, conforme disposto na Constituição Federal e segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, analise os itens abaixo.

- 33.** De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a garantia constitucional da imunidade parlamentar material somente incide no caso de as manifestações guardarem conexão com o desempenho da função legislativa ou que sejam proferidas em razão desta.

34. A Assembleia Legislativa do Estado ou qualquer de suas comissões, podem convocar o Presidente do Tribunal de Justiça para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificação adequada.

35. Segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, restará prejudicado o mandado de segurança e o *habeas corpus* impetrados contra ato do CPI, caso venham a ser extintas, independentemente da aprovação de seu relatório final.

A respeito dos princípios fundamentais e dos direitos fundamentais, julgue os itens abaixo.

36. Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.

37. Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, na forma da lei.

38. A Constituição Federal assegura aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, recebimento de recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão.

Sobre as Funções essenciais à Justiça, julgue os itens abaixo.

39. Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, nos dois primeiros anos do mandato, far-se-á eleição direta noventa dias depois de aberta a última vaga.

40. Unidade, indivisibilidade e independência funcional são princípios institucionais do Ministério Público e da Defensoria Pública.

DIREITO PENAL MILITAR

Murilo Marques

Com base nas normas do Direito Penal Militar, analise o item que se segue

41. Situação Hipotética: O soldado PM Tício e o sargento do Exército Brasileiro Mévio dolosamente mataram o civil Caio em contexto de intervenção militar para garantir a lei e a ordem. **Assertiva:** Na situação, de acordo com a legislação em vigor, ambos devem ser julgados pelo tribunal do júri.

Com base no Código Penal Militar, julgue o item seguinte:

42. Situação hipotética: Um militar da Marinha do Brasil, dentro de um Quartel da referida Força Armada, foi flagrado na posse de crack, entorpecente ilícito, para consumo pessoal. **Assertiva:** Nessa situação, à luz da jurisprudência do Superior Tribunal Militar e do Código Castrense, o referido militar poderá ser beneficiado com penas alternativas previstas para o usuário na Lei de Drogas.

43. O cidadão alistado ao serviço militar que, convocado a incorporação, não se apresenta dentro do prazo que lhe foi marcado, comete um crime impropriamente militar.

44. Situação hipotética: Durante operação das Forças Armadas, um oficial danificou patrimônio militar. Em sua defesa, argumentou que agiu em estado de necessidade, não tendo podido, por esta razão, evitar o dano causado. **Assertiva:** Nessa situação, o estado de necessidade, se comprovado, poderá ser tanto uma excludente de ilicitude, quanto uma excludente de culpabilidade, a depender da valoração do bem sacrificado.

45. Situação Hipotética: Em uma festa de confraternização no interior de um quartel, alguns militares, por livre vontade, ingeriram bebida alcoólica. Lá mesmo, apresentando sintomas de embriaguez, um deles cometeu crime militar e foi

preso. **Assertiva:** Nessa situação, o estado de embriaguez do militar será considerado circunstância para atenuar a pena.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

Antônio Pequeno

46. De acordo com o Código de Processo Penal Militar, julgue o item abaixo:

É admissível a interpretação extensiva, mesmo que prejudicar ou alterar o curso normal do processo, ou lhe desvirtuar a natureza.

47. Carlos, Capitão do Exército da ativa, foi indiciado pela prática do crime de violência contra inferior. Com base nessa situação hipotética, é possível que o encarregado do inquérito policial militar seja um Delegado de Polícia.

48. De acordo com o Código de Processo Penal Militar, julgue o item abaixo:

Independentemente de flagrante delito, o indiciado poderá ficar detido, durante as investigações policiais, até trinta dias, comunicando-se a detenção à autoridade judiciária competente.

49. Um soldado da Marinha praticou o crime militar de calúnia, com esteio no art. 214 do Código Penal Militar, contra um sargento da mesma força. Com base nessa situação hipotética, para que o sujeito ativo do crime seja processado criminalmente será necessário que a vítima represente para o Ministério Público Militar como condição de procedibilidade para a persecução penal.

50. De acordo com o Código de Processo Penal Militar, julgue o item abaixo:

Observando o princípio da obrigatoriedade da ação penal pública incondicionada, a denúncia deve ser apresentada sempre que houver prova de fato que, em tese, constitua crime e indícios de autoria.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

Acerca dos atos administrativos, julgue os itens a seguir.

51. Atos administrativos praticados com desvio de finalidade são considerados inválidos e podem ser anulados pela administração pública.

52. Um ato administrativo discricionário praticado por um servidor público não pode ser revogado, mesmo que tenha se tornado inconveniente ou inóportuno, pois se trata de um ato dotado de mérito administrativo.

53. Os atos administrativos emitidos por particulares em colaboração com a administração não são passíveis de controle judicial, pois não se equiparam aos atos administrativos emitidos por agentes públicos.

Acerca dos poderes administrativos, julgue os itens a seguir.

54. O ato do agente ao interditar o estabelecimento durante uma fiscalização sanitária caracteriza exercício do poder de polícia, que, em regra, pode ser realizado de forma discricionária e autoexecutória.

55. Caso um superior hierárquico determine a revisão de um ato praticado por um subordinado, ele estará exercendo o poder disciplinar, que decorre da relação de subordinação funcional.

56. O poder regulamentar, em regra, permite à administração pública criar normas primárias para disciplinar matérias que ainda não foram objeto de lei.

Suponha que, durante uma obra pública, uma máquina pertencente à União causou danos a veículos estacionados na via pública devido à falha mecânica.

Acerca da responsabilidade civil estatal, julgue as assertivas a seguir.

57. A União deverá indenizar os proprietários dos veículos danificados, independentemente da comprovação de culpa do agente público envolvido.

58. Caso se comprove que a falha mecânica ocorreu por falta de manutenção preventiva de responsabilidade do servidor, a administração pública poderá açãoar o servidor responsável, que não exerceu as suas responsabilidades, para reparação dos danos causados, em ação de regresso, caso comprovado o dolo ou culpa do agente omissivo.

59. A teoria da responsabilidade subjetiva é aplicável a omissões estatais genéricas, com base na teoria da culpa administrativa, se ficar comprovado que os agentes públicos poderiam evitar o dano.

Acerca da organização da administração pública, julgue os itens a seguir.

60. A criação de autarquias depende de autorização legislativa, mas sua extinção pode ser realizada por ato administrativo discricionário do chefe do Executivo.

61. As autarquias possuem autonomia administrativa, mas estão sujeitas ao controle finalístico do ente político que as criou.

Acerca do controle realizado pela administração, julgue os itens a seguir.

62. Quando se tratar de controle interno, seus responsáveis deverão dar ciência ao Tribunal de Contas da União acerca de qualquer irregularidade ou ilegalidade de que tomarem conhecimento, sob pena de responsabilidade subsidiária.

GESTÃO DE CONTRATOS

Antônio Daud

Considerando a disciplina do Decreto 11.462/2023, que regulamenta o sistema de registro de preços, julgue os itens a seguir.

63. Na contratação para registro de preços, a disponibilidade de créditos orçamentários somente deverá ser indicada para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, não sendo necessária previamente à realização da licitação.

64. O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado, entre outras hipóteses, quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o qualitativo a ser demandado pela Administração.

Tomando por base os preceitos normativos quanto à gestão e fiscalização de contratos administrativos, julgue os itens a seguir.

65. A comissão de contratação pode, de forma definitiva, aplicar a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

66. Em qualquer contrato a Administração Pública responde subsidiariamente por encargos trabalhistas inadimplidos.

67. As alterações unilaterais dos contratos administrativos estão limitadas a 25% do valor inicial atualizado para obras, serviços e compras, exceto nos casos de reforma de equipamento, quando o limite será de 50% para acréscimos.

68. A Administração Pública pode estabelecer, como única forma de pagamento, o reembolso dos salários pagos, desde que limitados àqueles definidos em convenção coletiva de trabalho.

69. Em caráter excepcional é cabível à Administração antecipar pagamentos ao contratado, caso em que poderá ser exigida garantia contratual adicional.

70. A repactuação deverá observar o interregno mínimo de um ano, contado da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

71. Tendo sido concluída a instrução de requerimento sobre solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos, a Administração terá o prazo de 1 mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

72. A Lei 14.133/2021 impõe a obrigatoriedade da garantia de execução contratual para todo contrato acima de R\$ 10 milhões.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Gabriela Zavadinack

73. No planejamento orçamentário, o Estado exerce diversas funções para garantir a eficiência da administração pública. Sobre a função distributiva, é correto afirmar que seu principal objetivo é assegurar a máxima eficiência econômica, promovendo a alocação ótima dos recursos escassos da economia.

74. Na busca por otimizar a alocação dos recursos públicos, o orçamento base-zero (OBZ) é uma técnica orçamentária que exige que cada unidade administrativa justifique todas as despesas a partir do zero a cada novo exercício, inexistindo direitos adquiridos sobre verbas anteriormente outorgadas.

75. Um dos princípios que orientam a elaboração da lei orçamentária anual é o princípio da totalidade, que determina que todas as receitas e despesas do ente público devem ser contempladas no orçamento para garantir transparência e controle social.

76. No processo legislativo orçamentário, as emendas parlamentares impositivas são aquelas que o Poder Executivo está obrigado a executar integralmente, independentemente de contingenciamento ou de impedimentos de ordem técnica.

77. O Plano Plurianual (PPA) é um instrumento de planejamento governamental que estabelece as diretrizes, objetivos e metas para um período de quatro anos, servindo de base para a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual.

78. As receitas provenientes de operações de crédito devem ser classificadas como receitas efetivas, pois representam entrada de recursos que aumentam o patrimônio líquido e permitem ampliar as despesas governamentais.

79. Na elaboração do orçamento público, a classificação econômica da despesa é fundamental para identificar o impacto econômico dos gastos, permitindo distinguir despesas correntes das despesas de capital. Sobre o tema, e com base na Lei nº 4.320/64, julgue a seguinte assertiva.

As despesas públicas com Serviços em Regime de Programação Especial são despesas de capital, enquanto despesas com obras de conservação são consideradas despesas correntes.

80. Para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, a legislação exige indicação de fontes específicas, como superávit financeiro e excesso de arrecadação apurados no exercício anterior, cancelamento de restos a pagar e operações de crédito por antecipação de receita orçamentária.

O Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal compreende as atividades de elaboração, acompanhamento e avaliação de planos, programas e orçamentos, e de realização de estudos e pesquisas socioeconômicas. Sobre a temática, julgue as questões 81 e 82:

- 81.** Enquanto os órgãos setoriais ficam sujeitos à orientação normativa e à supervisão técnica do órgão central do Sistema, sem prejuízo da subordinação ao órgão em cuja estrutura administrativa estiverem integrados, os órgãos específicos ficam exclusivamente sujeitos à orientação normativa e à supervisão técnica do órgão central do Sistema.
- 82.** Os órgãos setoriais são as unidades de planejamento e orçamento dos Ministérios, da Advocacia-Geral da União, da Vice-Presidência e da Casa Civil da Presidência da República, bem como as Agências Reguladoras.

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, impondo limites para despesas, endividamento e transparência, com o objetivo de assegurar o equilíbrio das contas públicas e a sustentabilidade das finanças governamentais. Com base no disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue as questões 83 e 84.

- 83.** O Anexo de Metas Fiscais da União deve conter o marco fiscal de médio prazo, com projeções para os principais agregados fiscais que compõem os cenários de referência, distinguindo-se as despesas primárias das financeiras e as obrigatórias daquelas discricionárias.
- 84.** Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos dois seguintes, reduzindo o excedente em pelo menos um terço no primeiro.

ARQUIVOLOGIA

Ricardo Campanário

- 85.** Documentos que se encontram no arquivo permanente devem possuir valor secundário e, obrigatoriamente, não podem possuir valor primário.
- 86.** Os principais valores conhecidos como primários são os valores administrativo, legal e fiscal.
- 87.** O recolhimento consiste na ida do documento do arquivo corrente para o arquivo intermediário, tão logo diminua a sua frequência de uso e consulta.
- 88.** Ao ser recolhido, um documento deve ter esgotado o seu valor secundário. Caso ainda o possua deve aguardar o seu término cumprindo prazo de guarda nos arquivos intermediários.
- 89.** Organicidade, Autenticidade e Unicidade são qualidades ou características de documentos arquivísticos.
- 90.** De acordo com a Lei 8.159/1991, documentos de valor permanente são inalienáveis até o momento que seu valor secundário prescreva.
- 91.** Ainda de acordo com a Lei 8.159/1991 os documentos públicos se dividem em públicos e privados (institucionais, comerciais e familiais/pessoais).
- 92.** Consideram-se documentos intermediários aqueles em curso ou que, mesmo sem movimentação, constituam objeto de consultas frequentes.

- 93.** Segundo a Lei 8.159/1991, a Administração Pública deverá tarifar de modo proporcional a consulta aos documentos públicos na forma desta Lei.
- 94.** Ainda de acordo com a Lei 8.159/1991, fica resguardado o direito de indenização pelo dano material ou moral decorrente da violação do sigilo, sem prejuízo das ações civil e administrativa e excetuando-se a esfera penal.
- 95.** Levando em conta a Lei 8.159/1991, a eliminação de documentos produzidos por instituições públicas e de caráter público será realizada mediante autorização da instituição arquivística pública, na sua específica esfera de competência.
- 96.** Registros civis de arquivos de entidades religiosas produzidos anteriormente à vigência do Código Civil ficam identificados como de interesse público e social.
- 97.** Arquivos de segunda idade possuem apenas documentos de valor secundário.
- 98.** A Tabela de Temporalidade é um instrumento de destinação que indica os prazos de guarda e a destinação final de cada uma das classes documentais da organização.
- 99.** Planos de Classificação podem seguir os modelos funcional, estrutural ou “por assunto”, sendo os funcionais mais estáveis que os estruturais.
- 100.** SIGADs são híbridos e, nesse contexto, estão aptos a trabalhar com documentos físicos e eletrônicos.

ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS

Ricardo Campanário

- 101.** Os três atributos de um bom sistema de classificação são a Abrangência, a Praticidade e a Responsabilidade.
- 102.** A codificação, a especificação, a normalização e a padronização são, todas, etapas do processo de classificação.
- 103.** A normalização consiste em criar e disciplinar formas de utilização para os diferentes tipos de materiais.
- 104.** Na catalogação o objetivo é descrever minuciosamente cada um dos itens.
- 105.** Em relação a curva ABC, os itens de maior importância em valor de consumo ficarão divididos de forma proporcional entre os grupos A, B e C.
- 106.** A classificação ABC utiliza uma ordenação decrescente dos itens com base nos seus valores de uso ou consumo.
- 107.** Assim como a curva ABC, a classificação XYZ ordena os itens de acordo com seu valor de consumo, porém, em ordem crescente.
- 108.** Na classificação por aplicação, os itens que são destinados a venda e ao consumo são chamados de materiais acabados.
- 109.** Na reposição periódica o intervalo entre os pedidos de compras sempre se repete.
- 110.** Na gestão de patrimônio, o código patrimonial que é destinado a um item não deve ser reutilizado em outro mesmo após a sua baixa.

GESTÃO DE PESSOAS**Douglas Schneider**

Acerca da análise e descrição de cargos, julgue os itens subsequentes.

111. Aspectos físicos e condições de trabalho são fatores relevantes a serem considerados na realização de uma análise de cargos.

112. A análise de cargos tem como objetivo principal promover colaboradores, independentemente das responsabilidades associadas aos cargos.

113. As descrições de cargos no setor público devem contribuir para a organização racional do trabalho e para a estruturação de atividades e processos alinhados aos princípios da eficiência e da efetividade na gestão pública.

No contexto da gestão de pessoas, avalie o item a seguir.

114. O líder de RH precisa atuar de maneira hierárquica e centralizada em processos como recrutamento, seleção, folha de pagamento, capacitação e outras atividades específicas da área, visando superar os desafios contemporâneos.

Sobre planejamento estratégico e processos de gestão de pessoas, julgue o item subsequente.

115. Investir em treinamento e desenvolvimento dos colaboradores é uma maneira de o gestor monitorar o alinhamento das estratégias organizacionais.

Julgue o item sobre comportamento humano nas organizações e teorias de motivação.

116. Os experimentos de Hawthorne revelaram que as relações informais entre grupos têm uma influência mais significativa do que se imaginava anteriormente.

Sobre competência interpessoal e gestão de conflitos, julgue o item.

117. Líderes com flexibilidade de percepção, adaptabilidade comportamental e ações alinhadas ao contexto demonstram ter competência interpessoal consolidada.

Julgue o item acerca de cultura organizacional e gestão de pessoas.

118. Identificar práticas comportamentais que correspondam ao direcionamento estratégico do negócio é a prioridade de um modelo de gestão de pessoas estrategicamente orientado.

Julgue o item acerca de aprendizagem, mudança comportamental e gestão por competências.

119. A aprendizagem incidental, reconhecida como estratégia eficaz, considera a reflexão sobre a experiência como o único meio capaz de gerar mudanças de comportamento.

Julgue o item acerca de estratégias de aprendizagem organizacional e gestão do conhecimento.

120. A aprendizagem por meio de programas sistemáticos, focados em analisar êxitos e falhas, deve substituir o conhecimento adquirido pela experiência, segundo uma gestão eficaz do autodesenvolvimento.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>